

6.

Considerações Finais

O Serviço Social possui a questão social o elemento fundamental do projeto ético-político da profissão. No cotidiano da intervenção profissional a realidade social dos sujeitos se particulariza de variadas maneiras. Tal realidade social emerge nas ações das Varas da Infância e Juventude e Família, por meio de uma situação de violência estrutural, da violência interpessoal, da violência em família, pela negligência, pela falta de condições de sobrevivência, pela ausência de trabalho, pela precariedade de políticas sociais universalizantes e redistributivas.

Há o entendimento de que o Poder Judiciário busca a verdade dos fatos ou da situação para julgar com justiça. O campo jurídico, portanto, por sua própria natureza institucional, é dotado de um poder de julgamento e estando os assistentes sociais, inseridos nesse campo, atuam em situações que interferem ou mesmo determinam a vida de pessoas.

O Estudo Social possui uma finalidade e essa finalidade deve ser questionada pelos assistentes sociais. Se ele tem por objetivo subsidiar as decisões judiciais, tem-se que refletir sobre quais serão as implicações e repercussões que tais decisões trarão para a vida dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, há necessidade de uma reflexão sobre a participação desses profissionais na construção dessa verdade, já que a verdade é histórica e construída socialmente. Além disso, torna-se imprescindível o estabelecimento de um questionamento sobre as implicações ético-políticas da construção estudo social, assim como de questões sobre o saber-poder que permeia a intervenção desses profissionais, imersos no cotidiano autoritário dos tribunais.

Nas Varas da Infância e Juventude as ações judiciais - que tratam de situações que envolvem a violência contra crianças e adolescentes - trazem em seu bojo a convergência das diferentes particularidades da questão social e das questões emocionais presentes, muitas vezes, são direcionadas para o controle e disciplinamento social.

A dinâmica implementada pelo poder público, para cumprir a legislação em vigor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê a proteção integral de crianças e adolescentes, aparece, muitas vezes, associada à violação de seus direitos, principalmente quando são aplicadas medidas em detrimento de suas famílias, principalmente nos casos de negligência.

A proteção integral prevista no ECA depende da garantia e defesa da universalização do acesso de toda a população, de toda a família aos serviços sociais, não podendo, portanto, somente se direcionar para o atendimento a crianças e adolescentes, caracterizados nas ações judiciais como segmentos em situação de risco. Na realidade, a família entendida como um todo se encontra vulnerável.

Quando a família é representada pelo poder público, isto é, responsabilizada juridicamente por colocar em risco a integridade de crianças e adolescentes, não se deve perder de vista as situações concretas de sua sobrevivência e os serviços essenciais de que dispõe no seu cotidiano. Nessa perspectiva, há necessidade de uma maior compreensão das famílias em suas especificidades subjetivas (permeadas por conflitos, esgarçamentos dos laços afetivos e rompimentos de vínculos na esfera familiar) e, em suas diferentes formas de relacionamento com o contexto social mais amplo.

Um expressivo conjunto de abordagens nos Estudos Sociais apresentados nesta pesquisa aponta para um denominador comum: a ausência de políticas de atendimento às famílias empobrecidas, que delineia um quadro de crise econômica e da evidente retração do Estado na esfera social. Isto significa que as famílias pobres são contraditoriamente esquecidas pelo Estado quando se trata da proteção de seus direitos e lembradas pelo poder público quando não conseguem proteger suas crianças e adolescentes.

A partir dos dados recolhidos nesta pesquisa, evidencia-se que os assistentes sociais, através dos estudos sociais, trazem elementos condicionantes da realidade social para contextualizar fatos que retratam a vida de pessoas, cujas trajetórias

encontram-se perpassadas pela violência. Os cenários retratados nesta pesquisa, que focalizam especialmente a violência na esfera familiar, necessitam ser analisados à luz de uma compreensão que se afaste cada vez mais de um viés moralista, autoritário e legalista, tradicionalmente incorporado pelo campo jurídico. Daí, a importância da atuação dos assistentes sociais desse campo que, através dos seus laudos, relatórios e pareceres sociais, podem influenciar as decisões judiciais e contribuir para a formação de práticas judiciárias menos reguladoras e mais justas.